

## **Avanço das ações intercooperativas na agricultura familiar: um estudo de caso na RedeCoop/RS**

### **Autoria**

Henrique Martins de Soares - henrique\_m\_soares@hotmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Admin – PPGA/EA / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tania Nunes da Silva - tnsilva@ea.ufrgs.br

Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Admin – PPGA/EA / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Agradecimentos**

UFRGS e Capes

### **Resumo**

Buscando atender o mercado institucional com maior eficiência, os agricultores familiares acabam construindo redes de cooperação visando aprimorar suas operações. No Rio Grande do Sul, uma das significativas é a RedeCoop, rede que reúne 42 cooperativas familiares. Assim, o objetivo desse estudo é compreender as áreas de atuação da RedeCoop e seus possíveis benefícios para as cooperativas participantes. Para tanto, realizou-se entrevistas com gestores das cooperativas participantes, e demais atores relacionados à rede. Além disso, considerou-se, para a análise, documentos como atas, vídeos públicos, publicações em redes sociais e matérias jornalísticas. Os resultados demonstraram que a RedeCoop possui atuação por todo Estado gaúcho. Ademais, observou-se que a rede não se limita ao mercado institucional pois, opera, também, no mercado consumidor e privado. Com relação aos benefícios, ressalta-se que a rede promove: a logística integrada das cooperativas; o fortalecimento da comercialização nos mercados consumidor, institucional e privado; a representatividade política frente aos órgãos públicos e privados; o conhecimento, em parceria com entidades acadêmicas e do setor agrícola familiar. O caso contribui para mostrar que a intercooperação já ultrapassa as questões meramente operacionais do mercado institucional já que as ações da rede abrangem áreas políticas, sociais e do conhecimento.

## **Avanço das ações intercooperativas na agricultura familiar: um estudo de caso na RedeCoop/RS.**

**Resumo:** Buscando atender o mercado institucional com maior eficiência, os agricultores familiares acabam construindo redes de cooperação visando aprimorar suas operações. No Rio Grande do Sul, uma das significativas é a RedeCoop, rede que reúne 42 cooperativas familiares. Assim, o objetivo desse estudo é compreender as áreas de atuação da RedeCoop e seus possíveis benefícios para as cooperativas participantes. Para tanto, realizou-se entrevistas com gestores das cooperativas participantes, e demais atores relacionados à rede. Além disso, considerou-se, para a análise, documentos como atas, vídeos públicos, publicações em redes sociais e matérias jornalísticas. Os resultados demonstraram que a RedeCoop possui atuação por todo Estado gaúcho. Ademais, observou-se que a rede não se limita ao mercado institucional pois, opera, também, no mercado consumidor e privado. Com relação aos benefícios, ressalta-se que a rede promove: a logística integrada das cooperativas; o fortalecimento da comercialização nos mercados consumidor, institucional e privado; a representatividade política frente aos órgãos públicos e privados; o conhecimento, em parceria com entidades acadêmicas e do setor agrícola familiar. O caso contribui para mostrar que a intercooperação já ultrapassa as questões meramente operacionais do mercado institucional já que as ações da rede abrangem áreas políticas, sociais e do conhecimento.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; cooperativismo; intercooperação.

### **1. INTRODUÇÃO**

Diante do cenário de desigualdade econômica existente entre os agricultores familiares e o agronegócio, o poder público tornou-se um agente essencial, através das políticas públicas, para o desenvolvimento socioambiental da agricultura familiar (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). Com isso, a partir dos anos 2000, os programas nacionais de compra institucional pública alimentar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantem que, no mínimo, 30% de todas as aquisições alimentícias das escolas (PNAE) e da Administração Pública (PAA) sejam oriundas da agricultura familiar. Entre os principais objetivos dos programas estão o fortalecimento da economia local, por meio da aquisição de alimentos pelos órgãos governamentais; e a garantia da segurança alimentar e nutricional, através do fornecimento de alimentos saudáveis e nutritivos.

Embora o PAA e PNAE sejam responsáveis por grande parte das compras da agricultura familiar, esses programas requerem uma organização adequada e um fornecimento contínuo por parte dos produtores. Buscando atender os requisitos necessários, tornando-se assim mais competitivos, os agricultores familiares acabam construindo redes de cooperação visando aprimorar, entre outros motivos, a logística de distribuição, a troca de informação e a compra de insumos para a produção. Além da cooperação entre os agricultores, outro movimento importante no cooperativismo é a cooperação entre as próprias cooperativas também chamado de intercooperação (um dos princípios fundamentais do próprio cooperativismo). No Rio Grande do Sul, um dos principais movimentos de intercooperação é a RedeCoop (Rede de

Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária), rede que reúne entorno de 12 mil agricultores, em 40 cooperativas familiares ao redor do Estado.

Assim, o problema de pesquisa do presente estudo é: como redes de intercooperação fortalecem as cooperativas participantes? Para responder a essa pergunta, o objetivo principal desse trabalho é compreender as áreas de atuação da RedeCoop e seus possíveis benefícios para as cooperativas participantes.

A presente pesquisa se justifica uma vez que a RedeCoop, além de ser uma organização ainda pouco estudada, apresenta uma relevância significativa no mercado institucional atendido pela agricultura familiar gaúcha. No mais, esse estudo busca contribuir para o fortalecimento do cooperativismo agrícola familiar ao demonstrar o real impacto ao se estruturar redes de intercooperação. Salienta-se, também, que esse artigo é resultado de uma dissertação de mestrado.

Apresentado a introdução, o próximo item trata do referencial teórico.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O presente referencial teórico foi estruturado buscando auxiliar na elaboração dos procedimentos metodológicos e a análise dos dados. Assim, o item está dividido em três seções: Políticas Públicas alimentares: PNAE e PAA; Cooperativismo; Intercooperação.

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES: PNAE E PAA**

Em 1954, durante Governo de Café Filho (1954-1955), foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Incorporados anos mais tarde pela estratégia do Fome Zero, o PNAE impactou significativamente a agricultura familiar quando em 2009 instituiu-se que pelo menos 30% dos recursos do governo deveriam, obrigatoriamente, ser destinados para compra de produtos da agricultura familiar (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). A partir desse momento, houve, também, uma expansão maciça do PNAE que passou a atender toda a educação básica, isto é, do ensino infantil ao ensino médio (SANTOS; SOUSA; BANDEIRA, 2016).

Apesar de contribuir para a agricultura familiar, o PNAE tem suas deficiências e limitações. Segundo a pesquisa realizada por Rossetti, Silva e Winnie (2016), os agricultores familiares possuem obstáculos para atender o programa devido à falta de documentação exigida, a infraestrutura inadequada, as dificuldades no transporte e na logística e no seguimento de normas sanitárias que desconsideram a realidade do setor agroindustrial familiar. De acordo com Gomes *et al.* (2018), as questões sanitárias e legais impedem a comercialização

de determinados produtos da agricultura familiar, principalmente carnes e laticínios, prejudicando assim a oferta por partes dos agricultores. Além disso, ressalta-se que 51,4%, ou a maioria, dos municípios participantes do PNAE, em 2017, quando ocorreu o último balanço divulgado pelo FNDE, ainda não conseguiram atender o mínimo de compra (30%) exigido pela lei (FNDE, 2020).

Assim como o PNAE, visando fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional, em 2003, foi criado o Plano de Aquisições de Alimentos (PAA). Segundo Menezes, Porto e Grisa (2015, p.79), o PAA, em linhas gerais, “compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades socioassistenciais e famílias em situação de vulnerabilidade social”. No entanto, foi somente em 2015, a partir da publicação do Decreto nº 8.473, que se estabeleceu que, no mínimo, 30% dos recursos referentes a aquisições alimentícias, no âmbito da Administração Pública Federal, deveriam ser destinados a produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2015). De acordo com a última atualização do programa (BRASIL, 2012), o PAA apresenta seis modalidades de execução de compra: I - Compra com Doação Simultânea; II - Compra Direta; III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; IV - Apoio à Formação de Estoques; V - Compra Institucional; VI - Aquisição de Sementes.

Apesar do esvaziamento de recursos nos últimos anos, o PAA Compra Institucional tem aumentado significativamente em números chegando, segundo informação preliminar do Ministério da Cidadania (2020), em 2019, a R\$285 milhões de reais. Nesta modalidade, as principais entidades públicas compradoras são as forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais públicos e universitários.

Embora o decreto mencionado amplie a participação da agricultura familiar nas compras coletivas públicas, ainda existem limitações presentes na sua formação e operação. Entre as mais citadas estão: desconhecimento da realidade do agricultor familiar da região por parte das entidades públicas; falta de compreensão da lei, dos regulamentos e do funcionamento do programa; infraestrutura precária nas áreas rurais; falta de mobilização e organização por parte dos agricultores familiares; falta de diálogo entre agricultores e cooperativas/instituições públicas; burocracias na vigilância sanitária; pouca diversificação na oferta dos produtos; dificuldades nas ações logísticas (armazenamento e transporte); ausência de cronograma de entrega (GOMES; ABREU, 2019; MACHADO *et al.*, 2020). A partir dessas evidências, nota-se que ainda existem entraves na aplicação das políticas públicas de compra institucional e alimentação escolar, principalmente as que se referem à agricultura familiar.

Buscando solucionar os principais entraves no acesso as políticas públicas de compra institucional e alimentação escolar, os agricultores familiares se unem através das cooperativas. Essa forma de organização que prega a cooperação entre os agricultores, ao invés da competição habitual do mercado, será o tema da próxima seção.

## 2.2 COOPERATIVISMO

Segundo o dicionário Michaelis (2020, p.1), o verbo cooperar significa: “Agir ou trabalhar junto com outro ou outros para um fim comum; colaborar”; “Agir conjuntamente para produzir um efeito; contribuir”; “Unir-se a outros com o objetivo de obter benefícios econômicos comuns” (perspectiva econômica). Neste sentido, entende-se que a cooperação é um ato ou ação que preza pela organização coletiva e solidária na construção de um mundo comum contrariando assim o pensamento individualista, hegemônico no sistema capitalista baseado na concorrência (BARROS; OLIVEIRA, 2019). Para a *International Co-operative Alliance* (ICA) (2021 p.1), organização que congrega, representa e serve as cooperativas no mundo, as cooperativas são “empresas centradas nas pessoas, controladas e administradas por seus membros, para que realizem suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns”. Ademais, segundo a organização, as cooperativas “são negócios dirigidos por valores, e não por lucro” e “compartilham internacionalmente princípios e ações para a construção de um mundo melhor”. Nacionalmente, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) afirma que o cooperativismo é “uma filosofia de vida” e “um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo” (OCB, 2021a).

No que se refere a agricultura familiar, o estudo de Collado e Nascimento (2018) evidenciou que o cooperativismo é um caminho na busca da sustentabilidade ambiental, econômica e política. Na visão de Zanco, Corbari e Alves (2019, p. 52), o cooperativismo, se bem articulado, auxilia no desenvolvimento rural da agricultura familiar, pois é “capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras, podendo ser um instrumento importante para a construção do desenvolvimento”. Com relação ao cooperativismo agrícola familiar, destaca-se que 71% dos estabelecimentos cooperados agrícolas pertencem a agricultura familiar (IBGE, 2017). O Estado que possui o maior número de agricultores familiares em cooperativas é o Rio Grande do Sul. Segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (2018), o Rio Grande do Sul representa 30% do total de cooperados da agricultura familiar no país.

Por fim, destaca-se os sete princípios do cooperativismo que servem como guia para as cooperativas (OCB, 2021b): Adesão voluntária e livre (todas as cooperativas devem ser abertas para todas as pessoas que queiram participar); Gestão democrática (cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros que ativamente participam em conjunto na tomada de decisões); Participação econômica dos membros (os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa); Autonomia e independência (considera que as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros); Educação, formação e informação (as cooperativas devem promover a educação e formação dos seus cooperados na busca do desenvolvimento da própria cooperativa); Intercooperação (cooperação entre as cooperativas); Interesse pela comunidade (As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade através das políticas aprovadas pelos seus membros).

Considerando-se que o objeto de estudo deste trabalho é uma rede de cooperativas que cooperam entre si com objetivos em comum, torna-se relevante destacar o princípio da intercooperação.

### 2.3 INTERCOOPERAÇÃO

A intercooperação, também chamada pelo ICA (2021) de cooperação entre cooperativas, pode ocorrer através da venda e compra em conjunto ou até mesmo por meio da troca de informações/experiências e defesa de interesses (BRAGA, 2010). Dutra (2010, p.127) afirma que a intercooperação amplia o desenvolvimento das cooperativas participantes por “estabelecer relações diversas, para aumentar a competitividade, com qualidade, da produção, inovação e educação, emancipando e agregando valor aos produtos”. Ademais, Santos-Souza e Wilhelm (2020, p.183) afirmam que a intercooperação “é considerada uma evolução do espírito de colaboração organizacional, uma vez que de forma conjunta as cooperativas fortalecem o movimento e apoiam os cooperados de maneira mais efetiva”.

Palacio (1995) argumenta que as cooperativas se unem devido a três razões principais: internas (motivos financeiros e econômicos); competitivas (distribuição/logística e expansão de negócios); estratégicas (aprendizagem, desenvolvimento de novos negócios e aumento na diversidade de produtos). Lago (2009) cita outras razões que levam a intercooperação: necessidade, quando as organizações se unem para atender alguma necessidade legal ou regulatória; assimetria, relacionado ao poder e controle sobre determinado recurso ou organização; reciprocidade, quando as organizações busca metas e objetivos comuns; eficiência, estabelecem relações na busca de uma maior produtividade; estabilidade, buscam

uma maior adaptação ao ambiente de incertezas; legitimação, procuram dá uma resposta ao ambiente institucionalizado. Oliveira (2018) complementa essas motivações ao citar que as cooperativas se associam, também, na busca de uma maior credibilidade perante os órgãos públicos.

Essas razões citadas foram comprovadas no estudo de OCB (2018) com 268 cooperativas, de diferentes ramos, em 11 estados brasileiros. Segundo a pesquisa, os dirigentes entrevistados manifestaram interesse de intercooperar em acordos comerciais (64%), financeiros (57%) e logísticos (50%). Na parte comercial, os motivos mais citados são: aumento da competitividade (65%) e oportunidade de vendas (57%). Já na parte financeira, os motivos foram: capitalização (74%) e aumento na competitividade (57%). Por fim, na parte logística, as razões foram: economia gerada no negócio e processo (52%) e aumento do portfólio de produtos e serviços (45%).

No que diz respeito ao segmento da agricultura familiar, o estudo de Brondani *et al.* (2019) evidenciou que a intercooperação gerou renda e sustento para as famílias, pois auxiliou na comercialização, no crescimento das cooperativas participantes e no acesso a novos mercados que antes não eram acessados pelas cooperativas singulares. No mais, outra grande contribuição da intercooperação é a união de estratégias e de projetos visando proporcionar o desenvolvimento sustentável rural através da ampliação do fornecimento de produtos agroecológicos para mercados institucionais por meio do PAA e do PNAE (PERONI; PEGLOW; KOHLER, 2018).

Apesar dos benefícios citados, existem também fatores que dificultam a intercooperação, entre eles, segundo Konzen e Oliveira (2015, p.53) estão: falta de definição clara de objetivos; falta de compartilhamento de informação; número excessivo de atores; demora na tomada de decisão; baixo nível de capacitação administrativa dos membros dirigentes; disputa por recursos de cada membro (individualismo); baixa integração dos cooperados (oportunismo); fragilidade do vínculo entre as cooperativas; constante troca de diretoria da cooperativa; grande área de atuação; diferenças culturais.

Apresentado o referencial teórico, o próximo item apresenta a metodologia da pesquisa realizada.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Primeiramente, destaca-se que a presente pesquisa é de natureza qualitativa e apresenta caráter exploratório e descritivo. No mais, o método de estudo escolhido foi o estudo de caso,

já que o fenômeno a ser estudado se encontra em um contexto de vida real ainda pouco explorado (YIN, 2005).

O caso de estudo selecionado foi a da RedeCoop, Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, devido sua abrangência e importância no Estado do Rio Grande do Sul. Com sede administrativa no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, a RedeCoop foi criada, oficialmente, no dia 18 de dezembro de 2015, com 18 cooperativas participantes. Segundo sua página oficial, o objetivo principal da RedeCoop é promover a intercooperação ao conectar cooperativas da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e empreendimento da economia solidária do estado para abastecer mercados institucionais (compras públicas) e privados com alimentos de qualidade.

A técnica de coleta de dados primário foi a entrevista com o roteiro semiestruturado. Devido a pandemia da COVID-19, não foi possível realizar observações *in loco* na área de produção agrícola. O perfil, de cada entrevistado, encontra-se no Quadro 1. Foram entrevistadas 12 pessoas, ligadas à RedeCoop e as cooperativas associadas, durante julho de 2020 a maio de 2021. Destaca-se que as respectivas entrevistas foram gravadas e realizadas virtualmente. No mais, dessas 12 entrevistas, 3 dessas entrevistas foram de caráter exploratório (1 com o presidente da RedeCoop, 1 com a representante da Emater/RS-Ascar e 1 com o presidente da UNICAFES/RS), buscando compreender, inicialmente, o funcionamento da RedeCoop, em termos gerais. Posteriormente, entrevistou-se os presidentes/diretores das cooperativas que também são membros do conselho de gestão da RedeCoop sendo esse, o critério de seleção. Por último, buscou-se entrevistar as demais cooperativas centrais (CECAFES, Central Metropolitana e UNICOOPER) e a cooperativa de consumo (GiraSol) já que essas cooperativas apresentam uma composição distinta em comparação as demais (cooperativas singulares). Devido a troca da diretoria no momento da coleta de dados, não foi possível entrevistar o diretor/presidente da UNICOOPER e da Central Metropolitana.

**Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados**

Organização	Ano de fundação	Cargo na organização	Gênero	Idade (anos)	Código de referência na análise dos dados
RedeCoop	2015	Presidente	Masculino	36	E1
Emater/RS-Ascar	2012	Extensionista Rural	Feminino	37	E2
UNICAFES/RS	2006	Presidente	Masculino	59	E3
COOTAP/ Terra Livre	1995	Diretor comercial	Masculino	40	E4
UNICENTRAL	2018	Presidente	Masculino	42	E5
Nossa Terra	2002	Presidente	Masculino	46	E6
COOMAFITT	2004	Presidente	Masculino	25	E7

COOPAP	2012	Presidente	Masculino	48	E8
COOPERSANTA	2009	Presidente	Masculino	46	E9
ECONATIVA	2005	Representante do mercado institucional	Masculino	36	E10
GiraSol	2016	Coordenadora geral	Feminino	35	E11
CECAFES	2012	Presidente	Masculino	42	E12

Fonte: Dados de pesquisa

Além disso, a técnica de coleta de dados secundários foi a documental sendo que, foram considerados para análise os seguintes documentos: registros dos cooperados, atas de reuniões e chamadas públicas. Além disso, considerou-se, também, dados oriundos de *webinars*, vídeos públicos, postagens na rede social oficial da RedeCoop (principal canal de comunicação, segundo o próprio presidente) e notícias/matérias em sites jornalísticos.

Por último, definiu-se como método de análise dos dados a análise por conteúdo categorial, segundo Bardin (2010). Tendo em vista o objetivo dessa pesquisa, optou-se pela construção de categoria pós-analítica.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Para uma melhor compreensão e análise, o presente item foi dividido em duas partes: Regiões de Atuação e Formação RedeCoop; Benefícios da intercooperação por meio da RedeCoop.

##### 4.1 FORMAÇÃO DA REDECOOP E SUAS REGIÕES DE ATUAÇÃO

Ao analisar os documentos oficiais da RedeCoop, das redes sociais das cooperativas e as entrevistas com diretores das cooperativas, constatou-se que a RedeCoop possui 12 mil agricultores familiares presentes em 42 cooperativas distribuídas em 34 municípios gaúchos, conforme é apresentado. Dessas 42 cooperativas, 4 cooperativas são centrais de produção (CECAFES, Central Metropolitana, UNICENTRAL e UNICOOPER, 1 é cooperativa central de consumo (GiraSol) e as outras 37 são cooperativas singulares de produção (Agroipê; CAAF; CafSul; CONCAV; COOAFAN; COOLAF; COOMAFITT; COONALTER; COOPACS; COOPAMAM/ FRUTAM; COOPAMB; COOPAN; COOPAP; COOPASC; COOPAT; COOPAX COOPERAGRO; Cooperativa Sertão Santana; Cooperativa União; COOPERCEDRO; COOPERDOMPEDRO; COOPERSANTA; COOPERSOL; COOPERTRAF; COOPIVORÁ; COOPRAS; COOPTRAM; COOPVIDA; COOTALL; COOTAP/Terra Livre; COPAFS; COPERAV; COPERVAL; ECONATIVA; Nossa Terra; Proagrii; Sul Ecológica).

Destaca-se que a estruturação a RedeCoop se deu, segundo o entrevistado E12, em 2015, na cidade de Santa Maria, em um evento da CECAFES sobre a avaliação do PEC (Programa de Extensão Cooperativo). O principal assunto que ocasionou essa conversa foi a logística (como é visto na fala dos entrevistados), principalmente, para o mercado institucional que impacta, significativamente, os custos de cada cooperativa.

Com os diálogos iniciados no evento da CECAFES, ainda em 2015, em assembleia realizada no Instituto Federal em Osório, foi oficializado a RedeCoop. Embora a oficialização tenha ocorrido no final 2015, a formalização jurídica da rede ocorreu somente em 2020 por questões burocráticas (E5), embora as primeiras atividades tenham ocorrido já a partir de 2016. Nota-se que esse processo longo de formação é algo natural no cooperativismo agrícola familiar ao observar, nas palavras do entrevistado E5, como foi constituída a própria UNICENTRAL: “ela foi constituída em 2014, mas só ficou formalizada em 2015, e só foi fazer a primeira atividade econômica em 2018”.

Posto isso, ressalta-se as regiões de atuação da RedeCoop. Considerando as 7 mesorregiões do Rio Grande do Sul, ao total são: 12 cooperativas na Mesorregião Noroeste, em 10 cidades diferentes; 3 cooperativas na região Nordeste, em 3 cidades diferentes; 2 cooperativas na Mesorregião Centro-Occidental, em 2 cidades diferentes; 2 cooperativas na Mesorregião Centro-Oriental, em 1 cidade; 17 cooperativas na Mesorregião Metropolitana, em 16 cidades diferentes; 6 cooperativas na Mesorregião Sudeste, em 3 cidades diferentes. Não há cooperativas na Mesorregião Sudoeste. No entanto, destaca-se que a atuação da RedeCoop ultrapassa as fronteiras desses municípios citados uma vez que, os agricultores associados e as cooperativas singulares (no caso das cooperativas centrais), estão presentes em cidades circunvizinhas onde a sede da cooperativa está localizada. A localização de cada cidade de atuação da RedeCoop pode ser visualizada no mapa, da Figura 1.

**Figura 1 - Mapa de Atuação da RedeCoop**



Fonte: Dados de Pesquisa

Adicionalmente, questionados sobre a falta de cooperativas na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, localidade que contempla cidades fronteiriças como Alegrete, Bagé, Dom Pedrito Santana do Livramento e Uruguaiana, os entrevistados (E11 e E12) comentaram que desconhecem cooperativas de agricultura familiar na mesorregião assim como foi dito pelo presidente (E1), que afirmou desconhecer cooperativas que possui associados na região. O entrevistado E11, que é de Bagé, justifica essa ausência ao dizer que “lá a lógica é um pouco outra, que é região do latifúndio, a região da pecuária”. Porém, existe a comercialização das cooperativas da RedeCoop na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense (E8). No mais, a ata de julgamento da chamada pública N°001/2021, referente ao PNAE de 2021, do município de Bagé, mostra a participação das cooperativas Nossa Terra e COOTAP (Terra Livre). A cooperativa Nossa Terra, também, aparece como fornecedora para o PNAE 2020, do município de Dom Pedrito, na chamada pública N°002/2020.

No que diz respeito ao fornecimento dos alimentos, segundo o presidente da RedeCoop, a rede fornece ou já forneceu alimentos, através do PAA, para hospitais públicos, hospitais universitários e forças armadas. Além disso, o entrevistado, também, relatou que já teve experiência com a SUSEPE. No entanto, o fornecimento mais significativo, cerca de 82%, é para atender o PNAE, o que representava, aproximadamente, 60 toneladas de alimentos por semana, destinadas às escolas.

Outro fator a ser destacado nessa seção são os mercados de atuação das cooperativas. Na RedeCoop, praticamente, 100% das cooperativas associadas comercializam seus produtos nos mercados institucionais, representados pelo PNAE e PAA (E7). Uma das exceções é a cooperativa GiraSol que, por ser uma cooperativa de consumo, não pode vender para os mercados institucionais. Ademais, outra questão importante a ressaltar é que as cooperativas centrais só podem participar da modalidade Compra Institucional do PAA devido, também, a uma questão de legislação (E12). No que diz respeito às cooperativas da rede, cujos dirigentes foram entrevistados, o mercado institucional representa de 100% (UNICENTRAL e COOPAP) a 70% do total de vendas de cada cooperativa.

No entanto, vale destacar que, durante a Pandemia da COVID-19, o mercado institucional foi afetado significativamente devido, principalmente, ao não acesso ao PNAE, em decorrência do fechamento das escolas. Dentro desse contexto, cita-se o caso da COOMAFITT que, antes da pandemia (2019), comercializa cerca de 80% dos seus produtos para os mercados institucionais. Segundo o presidente da cooperativa (E7), esse percentual em 2020, acabou se tornando apenas

40%. Essa falta de acesso ao mercado institucional via PNAE, levou a uma mobilização por parte da RedeCoop, detalhado na próxima seção desse item.

Apresentado como se deu a formação e quais regiões de atuação da RedeCoop, a próxima seção apresenta as áreas de ação e os benefícios da intercooperação, através da RedeCoop.

#### 4.2 ÁREAS DE AÇÃO E OS BENEFÍCIOS DA INTERCOOPERAÇÃO POR MEIO DA REDECOOP.

Conforme foi mencionado anteriormente, na formação da rede, um dos motivos principais que levou as cooperativas singulares e centrais a promoverem o princípio da intercooperação foi a questão logística. Nesse aspecto, o objetivo da rede, segundo o entrevistado E1, é que exista: entregas integradas, distribuição de alimentos feitos de forma conjunta; “logística reversa” - neste caso específico, o significado desse termo está relacionado ao aproveitamento do deslocamento de retorno, do veículo à cidade de origem, para entrega de produtos, ou seja, o sentido desse termo está relacionado a logística de carga combinada (BERTAGLIA, 2017); tabela de valores estruturada da logística com o tamanho do volume, tipo de produto, peso, quilometragem percorrida, forma de armazenagem e o número de entregas que serão feitas; a forma como será feito a divisão dos fretes entre as cooperativas. Além disso, o entrevistado E1 ressalta que, até agora, já foram feitos encontros para determinar estratégias logística e que a intenção, para o futuro, é realizar seminários de integração e planejamento logístico além de mapear a agricultura familiar do estado, conectando, dessa forma, as informações para uma melhor otimização logística.

Essas ações, relatadas pelo presidente da rede, podem ser observadas nas falas do entrevistado E4, que relata integração da logística entre as cooperativas da rede e diminuição dos custos, e do entrevistado E5, que descreveu a importância da RedeCoop na logística das cooperativas pequenas:

Hoje a gente continua com a frota própria, com as entregas da região metropolitana, mas faz bastante com a CECAFES, com a COOMAFITT. Por exemplo, antes nós fazíamos Gravataí tudo com a nossa frota, hoje, quem faz Gravataí, é a COOMAFITT, nossa parceira. Joinville, antes a gente contratava uma empresa de Santa Catarina, hoje nós fizemos com eles (COOMAFITT) aqui do Rio Grande do Sul. [...] conseguiu assim espalhar mais abrangência utilizando da intercooperação. [...] nós viabilizou praticamente pra logística pra fora do estado [...]. Muitos casos diminuíram (custos logísticos), mas quando a gente mandar, por exemplo, pra transportadora, é mais barato mandar pela RedeCoop porque a gente aproveita logística, ou logística reversa. Em alguns casos se equivale ao mercado. Mas, principalmente o mercado institucional tem compensado, é mais em conta, mais barato [E4].

Pra nós foi importante. Ela (RedeCoop) teve uma importância grande porque assim, se falar em logística, por exemplo, é uma coisa de outro mundo pras

cooperativas pequenas porque não é só botar o combustível. Nós conseguimos avançar nessa questão de ampliação de mercado, pensando nessa questão de logística, então quando ela falha, a gente tira o time de campo porque tu vai trabalhar pra ter prejuízo então [...] a RedeCoop trouxe esse viés, essa expertise, se dá pra contar, nesse tempo curto de existência, essa questão de logística, trabalhar essas questões, e convocar as cooperativas pra conversar [E5].

Ademais, destaca-se o lançamento do aplicativo de frete da RedeCoop nas redes sociais, o APP CoopFrete, no dia 28 de janeiro de 2021, desenvolvido juntamente com a Incubadora de Redes, Empreendimentos Solidários e Inovações no Serviço Público (Ires), do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Osório. Na elaboração desse aplicativo, ressalta-se a participação da COOMAFITT, cooperativa oriunda da própria Incubadora Ires, que teve papel importante na elaboração da logística da RedeCoop (E4 e E7). O objetivo do aplicativo é substituir o controle informal e manual que aconteciam via grupo de *WhatsApp*. E, o entrevistado E7 explicou como funciona o aplicativo: “a cooperativa vai lançar ali qual a capacidade de carga que tem ociosa, pra onde tá indo, de onde tá saindo, que dia e horário vão fazer isso, e a partir daí as cooperativas possam tá combinando o frete e a organização da logística”. Ademais, em entrevista para o site da Incubadora Ires, o presidente da RedeCoop (E1) fala que, com o aplicativo, as cooperativas da rede poderão “dividir caminhão e até fazer a logística reversa, ou seja, voltar com o caminhão carregado de produtos de outros locais. Isso significa economia no transporte, o que também ajuda a reduzir emissões de gases no meio ambiente” (IFRS, 2021).

Essa iniciativa demonstra que a RedeCoop está se organizando e evoluindo em uma das questões mais centrais que ela se propôs a resolver, a diminuição dos custos logísticos através da integração e planejamento da distribuição. Além disso, ressalta-se que, em pesquisa realizada pela OCB (2018), 50 % dos casos de intercooperação investigados foram por motivos logísticos. Esse estudo realizado pela OCB vai de encontro com o que foi encontrado na análise dos dados ao afirmar que, um dos motivos que levam a intercooperação logística, foi a economia gerada no processo/negócio (diminuição dos custos logísticos). No mais, Palacios (1995) afirma que uma das razões principais que levam as cooperativas a se unirem é o aumento da competitividade por meio da integração logística e de distribuição, motivo esse que foi comprovado na análise sobre a RedeCoop.

Incorporada à questão logística, a comercialização foi outro motivo que levou a estruturação da rede. Nesta questão, estão inclusos o acesso aos mercados institucionais privados. Com relação ao mercado institucional, cooperativas como a COOTAP, antes da RedeCoop, comercializava pontualmente, ou por indicação, para outras regiões do Estado. Após se associar à RedeCoop, houve uma ampliação das regiões de atuação devido a integração da cadeia logística

e do volume de produção além da representatividade e estrutura que cada cooperativa associada possui em sua localidade:

Algumas inflexões que nós fazíamos pra outras regiões, pra outros municípios, era por indicação ... algo que nos identifica-se, nos chama-se então era bem pontual. Agora constituímos quase que uma rede de logística. A gente sabe que, quando vai pro lado de Erechim, a gente vai se apoiar na CECAFES [...] Mas nós passamos a fazer também com as outras cooperativas. A exemplo também que foi a da ECOVIDA, que tem experiência de uma logística solidária, nós passamos a constituir isso com as outras cooperativas da RedeCoop. Por exemplo, com a COOMAFITT que acabamos utilizando a estrutura deles pra distribuir em algumas escolas, municípios, a alimentação ou mandar produtos quando eles vão pra Agrofamília, de Ibirubá, enfim, região do litoral [E4].

Nota-se, também, que esses fatores são sempre dialogados e articulados em cada reunião organizada pela RedeCoop. Questionados sobre uma possível concorrência na chamada pública entre as cooperativas da rede, o presidente da Nossa Terra (E6) afirma que há uma combinação conjunta para que cada cooperativa não concorra com a outra:

pode ocorrer de duas cooperativas participarem do mesmo espaço, por exemplo, de licitação. Normalmente, o que a gente faz antes, das reuniões nossas, assembleias nossas, decide tudo antes: olha, nesse território quem participa é a central, nessas entidades, enfim, que participa é as singulares, aí as singulares vão lá e participam pra não dá tanto conflito, entendeu? [...] Não vamo cada um individual. Principalmente, quando são chamadas públicas de maior vulto, mais valor, de maior demanda de matérias prima [E6].

As reuniões/assembleias, citadas pelo entrevistado E6, no que se refere aos mercados institucionais, podem ser observadas na rede social da RedeCoop em duas publicações: 12 de novembro de 2020, reunião com a Emater/RS-Ascar e as cooperativas participantes da 1ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) da SEDUC (setor, da Secretária de Educação do Estado, que contempla o mercado institucional da região metropolitana); e 19 de agosto de 2020, reunião de trabalho sobre o edital de compras da SUSEPE (PAA Compra Institucional - Presídios).

No que diz respeito ao mercado privado, destaca-se o papel da cooperativa de consumo GiraSol, na RedeCoop, que comercializa produtos de 8 cooperativas agroecológicas associadas a rede, através do seu armazém e *e-commerce*, diretamente para o consumidor final. Ademais, a coordenadora geral da GiraSol, relata que a intenção da cooperativa, no período pós-pandemia, é possuir um maior volume de produtos visando fornecer “pra pequenas creches particulares, hospitais, casas geriátricas, pequenos bares, restaurantes” [E11]. Para ela, isso só não ocorreu ainda porque a abertura do armazém, que é o momento de expansão da cooperativa, ocorreu justamente pouco antes do início da pandemia.

Ademais, segundo o entrevistado E1, estão sendo articuladas parcerias com redes supermercados privados. Esse diálogo da RedeCoop pode ser observado nas publicações do dia

3 de fevereiro de 2021 (reunião com o supermercado Carrefour) e 16 de outubro de 2020 (reunião com a rede de supermercados Unimax). No que diz respeito a esse tema, a UNICENTRAL, cooperativa localizada na região de Santa Maria e que já possui parcerias comerciais com o supermercado Carrefour, está encabeçando a expansão para outras regiões em que a rede não possui atuação tão forte, segundo a fala do entrevistado E5:

E eu tenho trabalhado nessa questão de ampliação, na perspectiva da UNICENTRAL, de expandir isso, porque a RedeCoop ela tem uma ação muito mais metropolitana, a questão do Litoral e questão da Serra. O braço mais longo que foi tendo foi a questão de Santa Maria, o que ela consegue mais agir é a região de Santa Maria [...] E de Santa Maria (Mesorregião Centro Ocidental) para Fronteira (Mesorregião Sudoeste), região das missões (Mesorregião Noroeste), não tem muito, e a gente vem buscando ampliar nesse sentido [E5].

No mais, com o avanço da pandemia no ano de 2020, a RedeCoop buscou fechar parcerias comerciais com outras entidades, entre elas, está a ADUFRGS, sindicato dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que facilitou a compra de cestas para os associados. A entidade também vendeu cestas para a CUT-RS (Central Única de Trabalhadores), CPERS (Sindicato dos Professores e Funcionários da Educação da Rede Estadual do Rio Grande do Sul), Sport Club Internacional e ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Segundo o presidente da rede, ao total foram comercializadas 100 cestas por semana para essas organizações que doaram tais produtos para pessoas em vulnerabilidade social. Vale destacar, também, que essa comercialização de cestas, durante o período da pandemia, ocorreu graças a intercooperação feita através da RedeCoop que teve, como agente central, a COOMAFITT, - a cooperativa responsável pela realização das entregas e do fechamento das parcerias com as entidades doadoras (E5; E7).

Com isso, percebe-se que as ações comerciais da RedeCoop são amplas e importantes, pois contempla desde diálogos e reuniões que buscam articular o acesso as chamadas públicas dos mercados institucionais, até iniciativas solidárias com a participação de entidades da sociedade civil.

Ao confrontar com a literatura de intercooperação, nota-se que as ações da RedeCoop, relacionadas à expansão da comercialização para o mercado privado, são uma das razões que levam a intercooperação. O “acesso a novos mercados” ou “expansão de negócio” é observado em autores como Brondani *et al.* (2019) e Palacio (1995).

Outro fator relevante que levou a estruturação da RedeCoop foi a representação política que, para algumas cooperativas (E6 e E12), pode ser considerada a principal contribuição da rede. Embora não possa comercializar produtos por ser uma associação, a RedeCoop faz as

tratativas com os órgãos públicos em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando, assim, as cooperativas que frequentemente não conseguiriam se deslocar para essa finalidade (E6).

Além das tratativas diretas, a rede, também, está presente em diferentes espaços de diálogo reivindicando o acesso a políticas públicas e outros temas relacionados a agricultura familiar. Essas ações são notadas, constantemente, nas publicações na rede social da RedeCoop: 7 de abril de 2021, reunião para tratar da volta às aulas e reivindicar a vacina para os produtores rurais e profissionais da educação, e que contou com a participação de deputados estaduais, entidades públicas ligadas a educação e a agricultura familiar; 23 de dezembro e 12 de agosto de 2020, reuniões com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) que trataram sobre o PAA – Presídio; 13 de novembro de 2019, reunião com duas secretarias do Estado reivindicando audiência com o Governados do Estado para tratar sobre o PNAE e PAA – Presídio; 11 de setembro de 2019, reunião com a SEAPDR, Emater, COCEARGS E UNICAFES para tratar sobre o acesso ao PNAE e PAA.

Uma das últimas ações relevantes da RedeCoop nesse sentido, ocorreu no município de Porto Alegre, que não comprava da agricultura familiar fazia mais 4 anos devido a questões políticas, na opinião do entrevistado E12. Segundo matéria da Emater/RS-Ascar (2021a), no dia 6 de junho de 2021, o presidente da RedeCoop, a presidenta e o vice-presidente da COOMAFITT, juntamente com representantes da Emater/RS-Ascar se reuniram com o prefeito de Porto Alegre. Segundo o presidente da RedeCoop (E1), as entidades representativas, encabeçadas pela rede, estão buscando o “diálogo com o objetivo de explicar o modelo de compra e se disponibilizarem a fazer parte do processo”. Como resultado dessas ações intercooperativas iniciadas desde o início do novo mandato (janeiro de 2021), no dia 9 de julho de 2021 foi publicado, no Diário Oficial de Porto Alegre, o chamamento público para a aquisição de produtos alimentares da agricultura familiar através do PNAE (JORNAL DO COMÉRCIO, 2021).

Outro movimento de caráter político que a RedeCoop está participando é a estruturação de um sindicato das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária (SINDICOPAS). Encabeçado pelas principais entidades do setor de economia solidária, UNICAFES, COCEARGS, UNICATADORES, UNISOL e CONCRAB, a criação do sindicato tem como principal objetivo captar recursos públicos (oriundos do recolhimento do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social) que, atualmente, não estão sendo alocados nas cooperativas da agricultura familiar. O entrevistado E2 explica melhor, em sua fala, essa iniciativa:

Nós criamos um sindicato porque hoje, como falei pra vocês da lei das cooperativas, todo funcionário, que tem carteira assinada em uma cooperativa,

parte do recolhimento do INSS dele vai para o SESCOOP, sistema S das cooperativas. Pra te ter uma ideia, a nível nacional, o SESCOOP arrecada por volta de 400 milhões por ano. E, esse recurso hoje vai toda ele pro sistema OCB e não vem para o sistema Unicafe e nenhum outro. E, um dos critérios, pra que a gente tem acesso a esse recurso, é ter um sindicato então nós criamos um sindicato, no estado do Rio Grande do Sul, primeiro estado a criar um sindicato dessas cooperativas de economia solidária. Nós já registramos, agora estamos no processo da solicitação da carta sindical no ministério da economia e , a gente, tende a entrar nessa disputa de recursos. O que acontece hoje, o que falei pra vocês, 2.000 cooperativas no estado, 430 na OCERGS, porém, essas 2.000 de alguma forma contribui para o SESCOOP, mas o recurso todo vai para as 430, e as 430 são as maiores cooperativas do estado. Então você tem, muita gente contribuindo pra poucos ter proveito, e o pior: esses poucos são os maiores. É uma grande briga nossa, inclusive sou presidente desse sindicato também, então tem várias pautas que congrega esse conjunto de muito atores (E2).

Essas ações, descritas anteriormente, demonstram que a intercooperação fortalece o movimento cooperativista agrícola familiar (SANTOS-SOUZA; WILHELM, 2020). Além disso, a representação política, desempenhada através da RedeCoop, é uma clara tentativa de defesa de interesses (BRAGA, 2010) e, comprova, que as cooperativas se unem buscando atingir metas e objetivos comuns que, geralmente, são dificilmente alcançados de modo individual (LAGO, 2009; PALACIO, 1995).

No mais, essas reivindicações são realizadas, também, junto a justiça por meio do Ministério Público, uma vez que, muitas prefeituras, como a de Porto Alegre, não cumprem a lei estabelecida pelo PNAE (E1, E2, E5, E12), algo que é visto em outras regiões do Brasil, já que apenas cerca de 51,4% dos municípios brasileiros compram, da agricultura familiar, o mínimo de 30% exigido por lei (FNDE, 2020). Segundo o entrevistado E1, até o momento, foram realizados 9 encontros de reivindicações e sensibilização com órgãos públicos que não estão cumprindo a lei. De acordo a pesquisa da rede, o Rio Grande do Sul teria uma capacidade de compra institucional de R\$ 360 milhões, se caso todos os órgãos (Estado e prefeituras) cumprissem a lei. No entanto, o valor está em entorno R\$ 45 milhões, o que comprava a necessidade dessa cobrança.

Porém, ressalta-se que essa participação ativa da rede, frente aos órgãos públicos, já obteve resultados. Um dos mais significativos foi a conquista do contrato do PAA – SUSEPE 2020, mercado reivindicado durante o ano de 2020 (E1). Essa chamada pública, denominada “Chamada Pública n.º 0001/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – modalidade Compra com Doação Simultânea”, contempla 53 unidades prisionais no estado localizadas em 32 cidades gaúchas. (CELIC-RS, 2020, p.468). Essas representam 11 rotas distintas (listas de municípios estruturados segundo o COREDE - Conselhos Regionais de Desenvolvimento) (CELIC-RS, 2020, p.492-

496). No total, essa chamada pública representa R\$ 4.649.448,30, em produtos da agricultura familiar.

Conforme o Diário Oficial do Estado (RIO GRANDE DO SUL, p.13, 2021), fornecem produtos, para chamada pública n.º 0001/2020, 26 cooperativas da agricultura familiar. Dessas 26, 13 fazem parte da RedeCoop (UNICENTRAL, COOMAFITT, CAAF, COOPAP, Sul Ecológica, COOPERSANTA, Cooperativa União, COOPAFS, COOTAP/Terra Livre, ECONATIVA, COOPERAV, COOAFAN e COOLAF).

Adicionalmente, outro fator político na estruturação da rede é referente ao respaldo frente a órgãos públicos e que, também, auxiliará para mercados privados em futuras negociações. Tal respaldo é uma das razões que levam a intercooperação, segundo a literatura, que aborda esse significado como sendo um aumento de credibilidade frente as entidades públicas (OLIVEIRA, 2018). No mais, E7 e E10 citaram a importância da rede como uma organização coletiva:

Uma coisa que eu tava lembrando que também é bem presente na rede, que é uma questão de representação e articulação dos mercados institucionais. Porque, o que acontece, muitas vezes, tem sentado e tem conseguido conversar com representantes do governo, com secretários, por meio dessa organização. Se chegar lá a COOMAFITT e dizer: olha, a gente precisa de uma agenda com secretário, daqui a pouco a gente vai morrer e não ser atendido porque a gente tá falando de uma cooperativa, uma cooperativa singular. Mas quando tu vai em uma rede de cooperativas, que tem 42 cooperativas associadas, tá falando de uma representatividade grande, e isso dá um capacidade a mais de consegui articular esses mercados então a gente tem avançado também em algumas discussões [E7].

Somos da rede cooperativas do estado, temos tantos mil associados, isso vai, assim como na cooperativa o agricultor familiar, tem mais força unido em coletivo, esse coletivo maior também teria um respaldo, uma representatividade para a agricultura familiar referente a órgãos do governo do estado, entidades parceiras na comercialização [E10].

Por fim, a articulação da RedeCoop proporciona conhecimento de diferentes formas para as cooperativas associadas e comunidade geral. O primeiro a ser destacado é o conhecimento comercial. Ao se associar na rede, as cooperativas acabam conhecendo outras cooperativas em diferentes regiões do estado, o que favorece a parceria comercial entre elas (E6; E7; E12). Nesse sentido, ressalta-se o caso da cooperativa GiraSol que, segundo a entrevistada E11, busca na rede mapear as cooperativas orgânicas e agroecológicas existentes no estado do Rio Grande do Sul. No mais, como citado anteriormente, a COOMAFITT, através das conexões feitas com a RedeCoop, acabou se associando a cooperativa central UNICENTRAL, de Santa Maria, com o propósito de explorar, comercialmente, a Mesorregião Centro Ocidental. Também, se associou a cooperativa UNICOOPER na busca de um parceiro comercial na região das missões (Mesorregião Noroeste) (E7). Adicionalmente, outra cooperativa, que realizou o mesmo movimento da COOMAFITT, foi a COOTAP/Terra Livre, cooperativa singular de produção que

se associou a cooperativa central CECAFES devido a parcerias comerciais na Mesorregião Noroeste (E4). Tais parcerias destacadas é uma das razões, também, observadas no estudo da OCB (2018), que indica que a intercooperação é realizada na busca de acordos comerciais.

Posteriormente, a cooperativa promoveu eventos junto a universidades, entidades públicas e veículos jornalísticos. Tais eventos, que podem ser observadas na rede social da RedeCoop, estão presentes no formato de palestras, *podcasts* e *lives* com professores, diretores das instituições públicas e jornalistas: 20 de abril de 2021, *live* sobre Anatomia dos Mercados com a participação de professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS; 14 de abril de 2021, participação na *live* sobre o PAA do CONSEA-RS: trajetórias, projetos e perspectivas; 3 de outubro de 2020, relato sobre a comercialização de alimentos durante a pandemia na *live* da FAO/ONU; 28 de agosto de 2019, organização de seminário sobre compras de alimentos da agricultura familiar por órgãos públicos que contou com a participação do CONSEA/RS, Exército, CONAB, UNICAFES/RS, SEAPDR e Ministério da Cidadania; 4 de junho de 2019, participação no Seminário Regional de Desenvolvimento e Agricultura Familiar realizado pela FURG; 20 de março de 2019, II Seminário de Alimentação Escolar e Ecogastronomia. Ao observar essas publicações, nota-se a existência do debate e da troca de conhecimento com as instituições educação e órgãos públicos, ligados a agricultura familiar.

Adicionalmente, a RedeCoop aparece em matérias jornalísticas informando e abordando distintos temas como: acordos de cooperação durante a pandemia (site Sul21, 29 de abril de 2020; site Brasil De Fato, 11 de junho de 2020; Correio do Povo, 13 de março de 2021); a importância do cooperativismo e da intercooperação (site Brasil De Fato, 06 de julho de 2020) divulgação de eventos próprios (site Brasil De Fato, 2 de dezembro de 2020); logística e tecnologia (site Sul21, 26 de janeiro de 2021); tratativas com o mercado institucional (site da Emater/RS-Ascar, 8 de junho de 2021).

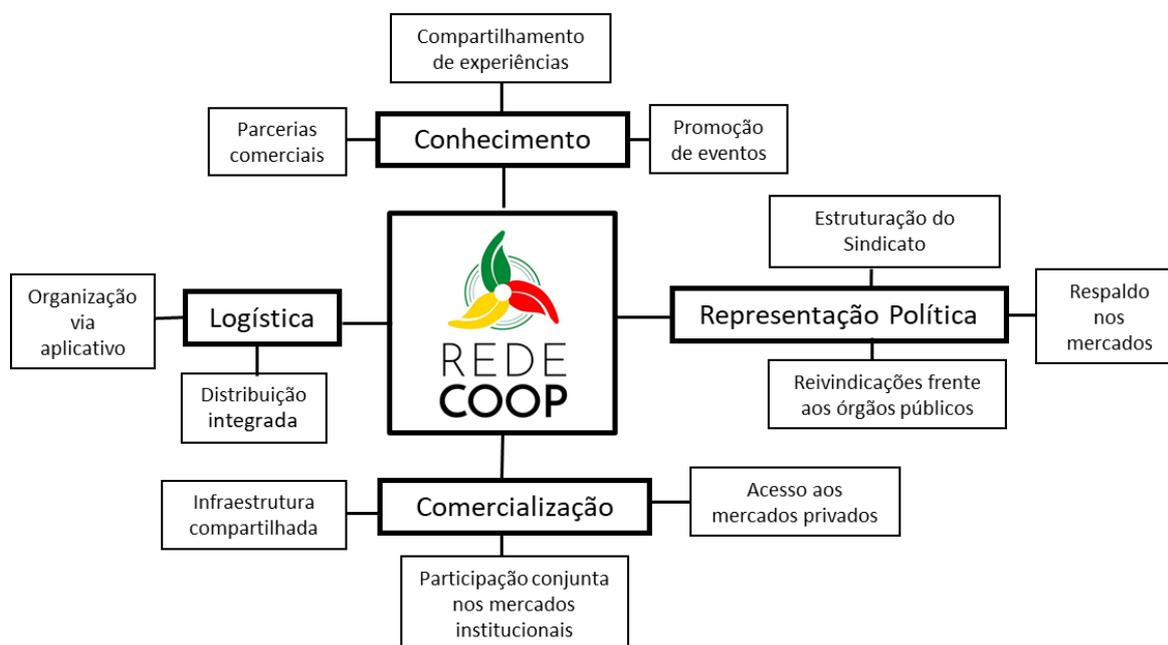
Além dessas participações, as experiências são trocadas pelos próprios associados da rede. Durante o ano de 2020, a rede promoveu algumas *lives* (datadas nos dias 3, 10 e 17 de dezembro de 2020) que abordaram temas ligados ao cooperativismo agrícola familiar como produção, logística e consumo. Nelas participaram presidentes, diretores e coordenadores das cooperativas associadas a rede. Ademais, o entrevistado E6 afirmou que as cooperativas visitam uma à outra buscando, assim, o compartilhamento de experiências e trocam informações, mesmo não se conhecendo.

Ao citar esses acontecimentos, nota-se que a intercooperação poderá estar relacionada à outro princípio do cooperativismo, educação, formação e informação (OCB, 2021b). O debate

com as instituições de conhecimento (como UFRGS, FURG, ONU e CONSEA) por meio de eventos, relaciona a rede com a educação. No mais, a formação (apesar de não ter uma estrutura formal como em cursos e treinamentos) é proposta, pela ação intercooperativa, a partir da troca de experiência entre os associados da rede. Por último, o compartilhamento da informação é realizado através da participação da RedeCoop, nos principais veículos jornalísticos.

Visando ilustrar as diferentes áreas das ações da RedeCoop abordadas nessa seção, estruturou-se a Figura 2.

**Figura 2** – Áreas das ações da RedeCoop



**Fonte:** Elaborado pelos autores

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tinha como objetivo principal compreender as áreas de atuação da RedeCoop e seus possíveis benefícios para as cooperativas participantes. Considerando-se a análise dos dados, constatou-se que a RedeCoop possui cooperativas em 6 das 7 mesorregiões. No entanto, sua atuação está por todo estado do Rio Grande do Sul. No mais, a RedeCoop é formada por cooperativas de produção (singulares e centrais) e por uma cooperativa de consumo (central). No que diz respeito a sua formação, a rede estruturou-se em 2015, com a intenção de organizar a logística do mercado institucional, que era custosa e inviável, principalmente, para as cooperativas de menor porte. Porém, suas operações não se limitam ao mercado institucional, já que há uma atuação no mercado consumidor, por meio da atividade da cooperativa de consumo

GiraSol, e uma expansão também para o mercado privado, principalmente durante o período da Pandemia da COVID-19.

Adicionalmente, observou-se os benefícios da intercooperação. Primeiro, ressalta-se, que a RedeCoop promove a logística integrada das cooperativas auxiliando-as na redução de custos nessa atividade que, brevemente, será organizada por meio de aplicativo elaborado para esse fim. Além disso, a otimização das rotas de distribuição contribuiu, também, para a diminuição da pegada de carbono; e, assim, para o desenvolvimento socioambiental de cada cooperativa participante.

Outra área de atuação diz respeito a comercialização, fortalecida através da participação conjunta no mercado institucional e do compartilhamento da infraestrutura de cada cooperativa participante. No mais, a intercooperação proporcionou a expansão das cooperativas para mercados privados que antes não eram atendidos pela agricultura familiar.

A terceira área de impacto é a representação política da RedeCoop. Os resultados mostraram que a rede, como entidade associativa, auxilia nas tratativas do PNAE e PAA que, em muitas ocasiões, não poderiam ser realizadas pelas cooperativas participantes. Contudo, um dos papéis mais significativas posto pelos entrevistados foi que a RedeCoop exerce uma pressão, reivindicando ações junto aos órgãos públicos, o que é essencial no fortalecimento da agricultura familiar gaúcha.

Por último, a RedeCoop, devido a sua ampla atuação e representatividade na agricultura familiar, promove conhecimento. Primeiramente, essa troca de conhecimento resulta em parcerias comerciais entre cooperativas que anteriormente não se conheciam. Posteriormente, a RedeCoop promoveu e participou de eventos com entidades públicas e acadêmicas do setor agrícola familiar.

Assim, conclui-se que a intercooperação, por meio da RedeCoop, fortalece a agricultura familiar em diversos campos. Dessa forma, esse estudo contribui para mostrar que a intercooperação ultrapassa as questões meramente operacionais para o atendimento do mercado institucional, já que suas ações abrangem outras áreas, como a política e o conhecimento.

No mais, o caso apresentado permitiu o avanço na compreensão sobre os benefícios da intercooperação quando comparados aos que já constavam na literatura. Além disso, apesar da relevante mobilização da rede principalmente durante a Pandemia da COVID-19, os resultados encontrados ratificaram a importância do PNAE e PAA para a sobrevivência econômica das cooperativas e, conseqüentemente, dos agricultores familiares.

Para estudos futuros, sugere-se identificar o impacto da intercooperação a partir da perspectiva dos agricultores familiares associados às cooperativas participantes da RedeCoop.

As limitações desse estudo estão no fato de que não foi possível realizar observações junto aos agricultores familiares, devido às restrições impostas pela Pandemia da COVID-19.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARROS, Vanessa Andrade de; OLIVEIRA, Fabiana. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. *Laboreal*, v. 15, n.1, 2019.
- BERTAGLIA, P. R. *Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento*. São Paulo: Saraiva Educação S.A, 2017
- BRAGA, Marcelo. Redes, alianças estratégicas e intercooperação: o caso da cadeia produtiva de carne bovina. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 39, p. 11-16, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2015.
- BRASIL. Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. *Diário Oficial da União*, 2012
- BRONDANI, P. et al. Intercooperação e agricultura familiar: um estudo de caso na Unicentral. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n.1, 2019.
- CELIC. Subsecretaria Central de Licitações. *Processo Administrativo nº 20/0602-0000618-8*. Chamada Pública n.º 0001/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – modalidade Compra com Doação Simultânea, com dispensa de licitação, para doação a pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme disposto pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003 e pelo Convênio nº 004/2014-SESAN/MDS. Disponível em: <[http://www.celic.rs.gov.br/uploads/159706393920060200006188\\_Chamada\\_Publica\\_0001\\_2020\\_AQUIS\\_GEN\\_ALIMENT\\_AGRIC\\_FAMILIARES.pdf](http://www.celic.rs.gov.br/uploads/159706393920060200006188_Chamada_Publica_0001_2020_AQUIS_GEN_ALIMENT_AGRIC_FAMILIARES.pdf)>. Acessado em 14. jun. de 2021.
- COLLADO, Angel.; NASCIMENTO, Fabio. Uma análise da economia social solidária em experiência de agricultura familiar: estudo de casos da COOPAECIA e da ECONORTE. *Estudos do CEPE*, n. 48, p. 69-87, 2018.
- DUTRA, José Carlos. *A intercooperação como instrumento de desenvolvimento: um caso de cooperativas articuladas em rede*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.
- FNDE. 2020. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Dados da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acessado em 26. ago. de 2020.
- GOMES, Antônio Carlos et al. O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar -PAA E PNAE- no território do Vale do Rio Pardo, RS. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, v. 8, n. 1, p. 4-24, 2018.
- GOMES, Tiago; ABREU, Lucimar. S. Percepções de agricultores familiares e técnicos da região do Vale do Ribeira (SP) sobre o mercado institucional. *Extensão Rural*, v. 26, n. 4, p. 51-68, out./dez. 2019
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. *Resultados Definitivos*. Censo

- Agropecuário 2017: Cooperativas. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_cooperativas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_cooperativas.pdf)>. Acessado em 25. fev. de 2021.
- ICA. International Cooperative Alliance. 2021. *What is a cooperative?* Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>>. Acessado em 13. jan. de 2021.
- IFRS. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 2021. Incubadora do campus desenvolve aplicativo para distribuição de alimentos de cooperativas. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/osorio/incubadora-do-campus-desenvolve-aplicativo-para-distribuicao-de-alimentos-de-cooperativas/>>. Acessado em 25. jun. de 2021.
- JORNAL DO COMÉRCIO. 2021. Porto Alegre vai comprar alimentos de agricultores familiares para merenda das escolas. Disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/agro/2021/07/801308-porto-alegre-vai-comprar-alimentos-de-agricultores-familiares-para-merenda-das-escolas.html?fbclid=IwAR2071xUYKmfYoZbvziRd8TnGAXOBnfqoYRX8d87aj85wjDDjOM3lcCSVw](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2021/07/801308-porto-alegre-vai-comprar-alimentos-de-agricultores-familiares-para-merenda-das-escolas.html?fbclid=IwAR2071xUYKmfYoZbvziRd8TnGAXOBnfqoYRX8d87aj85wjDDjOM3lcCSVw)>. Acessado em 15. jul. de 2021.
- KONZEN, Robson; OLIVEIRA, Carlos Alberto. Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados. *Revista de Gestão e Organizações cooperativas*, v. 2, n. 4, p. 45-58, 2015.
- LAGO, Adriano. *Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário*. 2009. 178 f. Tese (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MACHADO, Naiara. L. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Barra do Bugres-MT: um estudo segundo a perspectiva das instituições beneficiárias receptoras. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 5, p. 30221-30247, 2020.
- MENEZES, Francisco; PORTO, Silvio; GRISA, Cátia. *Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico*. Série Políticas Sociais e de Alimentação. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.
- MICHAELIS. *Cooperar*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cooperar/>>. Acessado em: 5 de. jan. de 2020.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. 2020. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) disponibilizou mais de R\$ 285 milhões para pequenos agricultores em 2019*. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-disponibilizou-mais-de-r-285-milhoes-para-pequenos-agricultores-em-2019>>.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO. 2018. *Número Total de Agricultores Familiares em Associações e Cooperativas de Agricultura Familiar*. Disponível em: <<https://ecosol.dieese.org.br/ws2/tabela/3588>>. Acessado em 24. fev. de 2021.
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. 2018. *INTERCOOPERAÇÃO: juntos somos mais fortes*. Disponível em: <<https://www.somoscooperativismo.coop.br/noticia/21299/intercooperacao-juntos-somos-mais-fortes>>. Acessado em 15. jan. de 2021
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. 2021a. *O QUE É COOPERATIVISMO*. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acessado em 13. jan. de 2021.
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. 2021b. *Sete Princípios do Cooperativismo*.

- Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acessado em 13. jan. de 2021.
- OLIVEIRA, Aline. *O processo de intercooperação: um estudo de caso em cooperativas do ramo agropecuário*. 53 f. Projeto de pesquisa (Especialização em Cooperativismo) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- PALACIO, Joan. *Análisis estratégico de la empresa cooperativa*. Tirant lo blanch, 1995.
- PERONI, Neimar; PEGLOW, Karin; KOHLER, Romualdo. Intercooperação: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS). *Natural Resources*, v. 8, n. 2, p. 1-10, 2018.
- ROSSETTI, Francini; SILVA, Marina; WINNIE, Lo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016.
- SANTOS, Sérgio; SOUSA, Maria; BANDEIRA, Geovanna. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). *Revista de Salud Pública*, v. 18, p. 311-320, 2016.
- SANTOS-SOUZA, Humberto; WILHELM, Elizane. Vantagens e desvantagens no processo de intercooperação: uma análise da relação entre uma cooperativa central e uma cooperativa singular. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 7, n. 13, 2020.
- YIN, Robert. *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman editora, 2005.
- ZANCO, Alcidir; CORBARI, Fábio; ALVES, Adilson. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. *Orbis Latina*, v. 9, n. 1, p. 43-56, 2019.